



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679891 - MG (2021/0218235-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : AGNALDO REIS DOS SANTOS
ADVOGADO : AGNALDO REIS DOS SANTOS - MG099404
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ALOIS ROBERT MENEZES MENDES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de ALOIS ROBERT MENEZES MENDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Apelação Criminal n. 1.0231.16.008365-6/001).

O paciente foi condenado às penas de 4 meses e 3 dias de detenção em regime semiaberto; e 6 anos e 9 meses de reclusão em regime fechado, mais 40 dias-multa, pela prática dos delitos tipificados no art. 12 e 16 da Lei n. 10.826/2003.

Alega o impetrante que o ora paciente não foi intimado para recorrer da decisão condenatória. Sustenta que a decisão de segunda instância não autorizaria a execução provisória da pena, eis que se constitui ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência.

Requer, liminarmente, a suspensão da ordem de prisão e, no mérito, a concessão definitiva da ordem para o paciente não ser preso até intimação conforme determinado pela lei.

Antes de apreciar o pedido liminar, foram solicitadas informações ao Tribunal *a quo*, as quais foram prestadas às fls. 59-107.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. Transcrevo, por oportuno, a ementa do acórdão:

APELAÇÃO CRIMINAL –PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA –EXORDIAL ACUSATÓRIA QUE DESCREVE OS FATOS ADEQUADAMENTE –PREFACIAL REJEITADA –MÉRITO –POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO –ART. 12 E 16 DA LEI N. 10.826/2003 –AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS –TIPICIDADE CONFIGURADA –APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO

-NECESSIDADE -ABSORÇÃO DO CRIME MENOS ABRANGENTE PELO DE MAIOR GRAVIDADE -INEXISTÊNCIA DE PLURALIDADE DELITIVA -RECONHECIMENTO DE CRIME ÚNICO -ART. 307 DO CÓDIGO PENAL -FALSA IDENTIDADE -CONDENAÇÃO -IMPOSSIBILIDADE -AUTODEFESA-ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR -REDUÇÃO DA PENA -INCABÍVEL -REPRIMENDA DOSADA CORRETAMENTE -FIXAÇÃO DE REGIME ABERTO -IMPOSSIBILIDADE -SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS -IMPERTINÊNCIA -MEDIDA NÃO RECOMENDÁVEL -RECURSO PROVIDO EM PARTE. DE OFÍCIO: INÍCIO IMEDIATO DA EXECUÇÃO DA PENA DIANTE DA CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA PELO ÓRGÃO COLEGIADO -POSSIBILIDADE -DESNECESSIDADE DE TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO -DECISÃO DO STF PELO JULGAMENTO DO ARE 964246.

-Restando descrito na denúncia fatos que constituem, em tese, delitos, com todas as características e circunstâncias a ele inerente, permitindo ao réu o exercício do contraditório e da ampla defesa, não há que se falar em inépcia.

-Restando autoria e materialidade sobejamente consubstanciadas no acervo probatório colacionado aos autos, a condenação pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, posse irregular de arma de fogo e adulteração de sinal identificador de veículo automotor há de ser mantida. Por exigir dolo específico, com o escopo de obtenção de vantagem ilícita, o delito de falsa identidade deixa de subsistir quando o réu visa a exercitar elementar ânimo de autodefesa.

-Há um único crime quando munições de uso permitido e um carregador de uso restrito são apreendidos em poder do réu em um mesmo contexto fático, já que os tipos penais dos artigos 12, 14 e 16 da Lei n. 10.826/03 não trazem distinções em razão da quantidade de objetos, devendo o crime de menor potencial ofensivo ser absolvido pelo mais gravoso, sob pena de bis in idem.

-Se a pena foi dosada corretamente, incabível sua redução.

-Sendo o réu portador de maus antecedentes, não há que se falar em fixação de regime aberto e não se mostra recomendável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

-Conforme determinação do Supremo Tribunal Federal no recente julgamento do ARE nº 964246, deve ser adotado o entendimento de que, assim que exauridas as possibilidades de recurso em Segunda Instância (embargos declaratórios e infringentes), é possível o início da execução da pena condenatória confirmada pelo órgão colegiado, sendo prescindível o trânsito em julgado da aludida decisão.

V. V.: Para condenação pela prática do delito tipificado no art. 307 do Código Penal, basta a demonstração do dolo genérico de atribuir-se falsa identidade.

-A expedição de mandado de prisão e/ou de guia de execução, após a prolação de Acórdão Condenatório por este Egrégio Tribunal de Justiça, com a finalidade de iniciar a execução da pena imposta, não fere o princípio constitucional da presunção de inocência, uma vez que,

neste momento processual, encerrada está a possibilidade de reexame da matéria fático-probatória, encontrando-se formada a culpa do agente.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência